

**COMPORAMENTOS DE
MOVIMENTO ANTES E
DEPOIS DA CENSURA
PRÉVIA:
táticas e estratégias**

**MOVIMENTO' BEHAVIORS BEFORE
AND AFTER THE PREVIOUS
CENSURE:
tactics and strategies**

**COMPORAMIENTOS
DE MOVIMENTO ANTES Y DESPUÉS
DE LA CENSURA PREVIA: tácticas y
estrategias**

Antonio Hohlfeldt^{1, 2}

RESUMO

O trabalho utiliza os conceitos de *tática* e *estratégia*, de Michel de Certeau, para estudar e analisar os diferentes comportamentos adotados pelos editores do jornal Movimento, antes e depois da suspensão da censura prévia àquela publicação. Movimento sofreu a censura prévia desde seu nascimento, em 30 de junho de 1975, ao longo de 154 edições. Numa e noutra situação, os editores de Movimento apresentaram comportamentos diversos, quer resistindo à violência da censura, quer denunciando-a. Este trabalho procura entender o porquê de tais comportamentos e

¹ Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado e doutorado em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Autor de treze livros de ficção infanto-juvenil escreveu também quinze obras de ensaio e é ativo no mundo acadêmico. Foi professor nas universidades gaúchas Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Universidade Luterana do Brasil, e atualmente encontra-se vinculado a PUCRS. Docente no curso básico e no mestrado em Comunicação Social, foi também coordenador do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da PUCRS de 1999 até 2002. E-mail: a.hohlfeldt@yahoo.com.br.

² Endereço de contato do autor (por correio): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Comunicação Social, Programa de Pós Graduação Em Comunicação Social. Av. Ipiranga, 6681, 3º andar, sala 318. Partenon. CEP: 91215290 - Porto Alegre (RS), Brasil.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, Especial 2, outubro. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2Especial2p123>

o que eles produziram junto a seus leitores e na sociedade brasileira. Para isso, o artigo examina diferentes edições do jornal, antes e depois da edição 154, de 12 de junho de 1978, quando a publicação comunicou a seus leitores a nova situação vivida pelo jornal.

PALAVRAS-CHAVE: História da imprensa brasileira; imprensa alternativa; Movimento; tática; estratégia.

ABSTRACT: This paper use the different Michel De Certeau' concepts of *tactic and strategy* to study and analyse behaviors of Movimento' editors, before and after the previous censure suffered by that newspaper. Movimento has suffered previous censure since his birthday, 1975, June, 30, during 154 issues. In each situation, the Movimento' editors had different behaviors, resisting to the censure or in denunciation of it. This paper try to understand these behaviors and what its produce in readers and Brazilian society. The paper take different issues of the newspaper, after and before the 154 ediction (1978, June, 12), when the paper communicate to his readers the new situation.

KEYWORDS: Brazilian press history; underground press; Movimento; tactic; strategy.

RESUMEN

El trabajo utiliza los conceptos de táctica y estrategia, de Michel de Certeau, para estudiar y analizar los diferentes comportamientos adoptados por los editores del periódico Movimento, antes y después de la suspensión de la censura previa a aquella publicación. Movimento sufrió la censura previa desde su nacimiento, en 30 de junio de 1975, a lo largo de 154 ediciones. En una y otra situación, los editores de Movimento presentaron comportamientos diversos, sea resistiendo a la violencia de la censura, sea denunciandola. Este trabajo busca entender el porqué de tales comportamientos y lo que ellos producían junto a sus lectores y en la sociedad brasileña. Para eso, el artículo examina diferentes ediciones de el periódico, antes y después de la edición 154, de 12 de junio de 1978, cuando la publicación comunicó a sus lectores la nueva situación vivida por el periódico.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, Especial 2, outubro. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2Especial2p123>

PALABRAS CLAVE: Historia de la prensa brasileña; prensa alternativa; Movimento; tática; estratégia.

Recebido em: 08.08.2016. Aceito em: 06.10.2016. Publicado em: 30.10.2016.

O ano de 2014 marcou a passagem de meio século do golpe de 1964 e suas conseqüências³, dentre as quais o estabelecimento do regime militar, a censura às artes e à mídia em geral e, em busca de reações e resistência ao golpe, o surgimento do que se convencionou chamar de *imprensa alternativa*, originalmente denominada de *underground*, mas que João Antonio, em artigo para o Pasquim, preferiu adjetivar de *nanica* (MAIA in CARNEIRO, 2002, p. 5)⁴. Esta *imprensa alternativa* chegou a somar mais de 800 títulos, segundo o **Catálogo da imprensa alternativa** do Centro de Imprensa e Cultura Popular da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMITH, 2000, ps. 59 e 222 – nota 28). A imprensa alternativa era variada, abrangendo publicações de longevidade, como o Pasquim, até algumas extremamente efêmeras. Podiam ser literárias ou políticas, as mais numerosas. Caracterizava-se, fundamentalmente, por dirigir-se diretamente ao leitor e dele depender para a sua sobrevivência, através de assinaturas. Podia ser distribuída em bancas, mas, por causa das perseguições policiais, na maioria dos casos chegava ao leitor mediante assinatura. Em geral, eram jornais semanais (raramente mensais). Algumas dessas publicações chegaram a receber anúncios das grandes empresas da época, inclusive de entidades governamentais, mas, na maioria dos casos, dependia, efetivamente, da venda para assinantes. Duas publicações marcaram o período, o jornal Opinião⁵ e o jornal Movimento, este surgido de uma dissidência daquele primeiro grupo.

³ Este artigo teve a participação e colaboração das alunas de iniciação científica Júlia Manzano e Laura F. Guerra para a sugestão de tema, levantamento de material e discussão inicial da perspectiva de abordagem do mesmo. Foi apresentado, originalmente, no XXV Encontro Nacional da COMPÓS, no GT “Estudos de Jornalismo”, em Brasília, sendo revisado e atualizado, posteriormente.

⁴ Trata-se da edição 318, de o Pasquim, de 7.8.1975, p. 9. A expressão se consagrou entre os jornalistas, embora as autoridades policiais continuassem se referindo a ela enquanto *alternativa*.

⁵ Opinião circulou entre 23 de outubro de 1972 e 8 de junho de 1977. Suspendeu sua circulação em protesto à censura prévia sofrida pela publicação, conforme explicitou em sua edição final. Chegou a 230 edições. Movimento circulou entre 30 de junho de 1975 e 23 de novembro de 1981. Chegou a 334 edições. Ambos os jornais foram dirigidos por Raimundo Pereira.

O jornal Movimento teve uma *edição zero*, a 30 de junho de 1975. Inaugurava uma secção que se tornaria referencial em sua publicação, “Cena brasileira” além de outra que, de certo modo, objetivava-a, “Estórias brasileiras”. Enquanto “Cena brasileira” discutia questões teóricas e viria a se tornar motivo de nova dissidência no jornal, “Estórias brasileiras” constituía-se de grandes reportagens abordando aspectos variados da vida cotidiana do país. Segundo Maurício Maia, a matéria inserida naquela edição de lançamento vinha assinada por Aguinaldo Silva e abordava um quebra-quebra ocorrido nos trens da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, por conta do péssimo serviço prestado pela companhia de trens metropolitanos carioca⁶. O repórter cobria detalhadamente o acontecimento, o que bastou para que, a 2 de julho, o então Ministro da Justiça, Armando Falcão, comunicasse ao Presidente da República, Ernesto Geisel, que determinara, entre outras coisas, a apreensão da futura edição do dia 7 e a instauração de inquérito policial, com base na Lei de Segurança Nacional, além do estabelecimento de censura prévia à nova publicação (MAIA in CARNEIRO, 2002, ps. 471/2).

Outra versão, de Bernardo Kuscinski, diz que teria sido uma matéria crítica sobre contratos de risco de petróleo que provocara tal reação (KUSCINSKI, 1991, p. 296). Seja como for, Movimento foi o único jornal que nasceu já com a censura prévia decretada sobre sua cabeça. De 7 de julho de 1975 a 5 de junho de 1978, sofreu constantes represálias e controles (AQUINO in CARNEIRO, 2002, p. 530). Suas 153 primeiras edições tiveram de ser enviadas semanalmente a Brasília, para exame dos censores, sendo a operação de controle e cumprimento das determinações policiais sempre custosa e demorada, gerando problemas constantes para seus responsáveis, os jornalistas Antonio Carlos Ferreira e Raimundo Rodrigues Pereira (SMITH, 2000, p. 88), que chegaram a ser processados diversas vezes com base naquela mesma Lei de

⁶ Observe-se que a situação continua semelhante ainda hoje, de modo que a leitura daquela edição ganha uma contemporaneidade alarmante.

Segurança Nacional (MARCONI, 1980, p. 76), mesmo depois de levantada a censura prévia, em julho de 1978 (MAIA in CARNEIRO, 2002, p. 504).

Movimento nasceu de um *racha* na redação de Opinião, que era de responsabilidade do empresário Fernando Gasparian, dono da editora Paz e Terra, e que já intentara publicar uma revista de cultura, Argumento, que não passou da quarta edição, pois a censura passou a exigir exame prévio do material e depois a mesma foi proibida (AGUIAR in CARNEIRO, 2002, p. 406). Um grupo de jornalistas, descontente com o alegado *excessivo envolvimento* do empresário com o jornal, buscou fundar uma cooperativa de jornalistas e viabilizou Movimento. O jornal manteve-se com boa circulação, embora muitos problemas financeiros e disputas no interior de sua redação, até abril de 1977, quando ocorreu o que muitos chamam de *o grande racha*. Parte do grupo deixou mais uma vez a redação e fundou Em tempo que, mais tarde, vincular-se-ia a um segmento partidário, a chamada Convergência Socialista, de que se originaria o Partido dos Trabalhadores (AGUIAR in CARNEIRO, 2002, p. 407; MAIA in CARNEIRO, 2002, p. 511).

Movimento chegou a ter 30 mil assinantes, mas certamente era lido por mais gente, pois tais publicações eram passadas de mão em mão. Havia muitos que temiam ter seu nome em listagens de assinantes, preferindo assinar sem ser identificado (SMITH, 2000, p. 60). Movimento dependia em 91% de seus assinantes para sobreviver, segundo dados disponíveis (SMITH, 2000, p. 66).

Movimento foi um dos três últimos jornais a ter a censura prévia suspensa, em 1978, ao lado de O São Paulo e da Tribuna da Imprensa (MARCONI, 1980, p. 75). Ao longo desta história de três anos e 153 edições, teve 3.093 artigos vetados, num total de 18.761 laudas, além de 3.162 ilustrações, entre fotografias, desenhos variados e charges (MARCONI, 1980, p. 76). Outra perspectiva, lembrada por Anne-Marie Smith,

a partir de fontes do próprio jornal, indica que 6 mil artigos e/ou ilustrações foram vetados total ou parcialmente⁷.

Apesar dessa censura prévia, três edições do jornal foram, depois de aprovadas, inteiramente vetadas, as de 13 de outubro de 1975 (sobre contratos de risco para pesquisa de petróleo), 10 de maio de 1976 (sobre a situação das mulheres trabalhadoras no país) e 19 de setembro de 1977 (sobre a Assembléia Constituinte). Em dois destes casos, pelo menos, os artigos haviam sido liberados, mas, a edição final, enviada para a análise dos censores, quando o jornal já se encontrava diagramado e impresso, numa prova de edição, foi totalmente vetada (SMITH, 2000, p. 107).

Movimento trazia um programa muito claro de trabalho, conforme o manifesto da *edição zero*: propunha-se, não só, a descrever o mundo, quanto a ajudar a transformá-lo. Para isso, criticava fortemente as grandes empresas jornalísticas, não apenas por serem *empresas* quanto, segundo os responsáveis pela publicação, terem se rendido às decisões da censura. Movimento pretendia ser *popular*, no sentido da busca de uma linguagem menos acadêmica e de escolher focos temáticos que eventualmente interessassem a uma maior parcela da população potencialmente leitora de uma publicação semelhante (AGUIAR in CARNEIRO, 2002, p. 409). Daí o surgimento de espaços como o das “Estórias brasileiras”, que focava personagens anônimos do cotidiano nacional. Tais perspectivas preocupavam a censura (AQUINO in CARNEIRO, 2002, p. 531), ainda que essas práticas depois se generalizassem (SMITH, 2000, p. 62). Por isso mesmo, as fontes de Movimento

⁷ Movimento, edição 154, de 12 de junho de 1978, ps. 13 e 14. O conjunto do material original do jornal encontra-se guardado na Fundação RioArte, do Rio de Janeiro. Pela prática assumida pela redação, muitas matérias eram reiteradamente enviadas à censura, alcançando algumas delas a liberação. Por outro lado, a redação tinha o hábito de produzir boletins de análise da ação censural, parte do que foi depois publicado nas edições 154 e 155 do periódico. Novas análises foram editadas nos derradeiros números do jornal, em novembro de 1981, segundo Anne-Marie Smith (2000, p. 231/2, notas 23, 24 e 25).

surpreendem pelas alternativas que evidenciam: publicações da grande imprensa; matérias que profissionais da imprensa de referência repassavam à redação, na medida em que reconheciam que tais textos não seriam aproveitados por causa da auto-censura dos grandes jornais; anúncios de publicidade, além de documentos variados encaminhados aos editores, na medida em que o periódico chegou a ser reconhecido enquanto um “foro público alternativo”, no dizer de Anne-Marie Smith (2000, p. 111), ainda que eventualmente, ou quase sempre, censurado.

O contexto de surgimento de Movimento foi muito específico: ocorrera, recentemente, nos Estados Unidos, o Caso Watergate, redundando na renúncia do Presidente Nixon, justamente graças à atuação da imprensa, no caso, dos jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, do The Washington Post (1972). Ao mesmo tempo, Portugal recém-vivera o processo de libertação da longa ditadura salazarista e propiciara a independência de suas antigas colônias, dentre as quais Angola e Moçambique, também com forte participação da imprensa. Enfim, o próprio governo brasileiro, não apenas sofria certa crise de identidade, graças aos reflexos produzidos no país pela crise petrolífera mundial, quanto buscava uma determinada distensão, aproximando-se de alguns segmentos da classe média e da intelectualidade nacionais, por exemplo, através do Ministro de Educação e Cultura, Nei Braga, que tentava abrir maiores espaços para a produção cultural, inclusive e especialmente a cinematográfica, através da EMBRAFILME e da constituição do Conselho Nacional do Cinema (CONCINE)⁸.

O jornal apresentava-se em formato tablóide, em páginas de 28 cms. de largura por 36,5 cms. de altura. A mancha tipográfica era recuada um centímetro em

⁸ Todos estes dados encontram-se sintetizados em HOHLFELDT, Antonio e MANZANO, Júlia – “O cinema brasileiro nas páginas de Movimento: autonomia da indústria nacional e defesa da cultura popular”, apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura do XX Encontro da Compós, Porto Alegre, UFRGS, de 14 a 17 de junho de 2011. O material encontra-se disponível nos respectivos anais aquele encontro.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, Especial 2, outubro. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2Especial2p123>

cada um dos quatro lados da página. O título colocava-se isolado, no alto, em caixa alta. Abaixo da mancha tipográfica, propriamente dita, à esquerda, indicavam-se as praças em que havia preço diferenciado, graças às distâncias e dificuldades de distribuição. Na direita, aparecia o número da edição, preço do exemplar e data de circulação, em letras pequenas, de corpo 12, em negrito. Estes dados, contudo, ao longo da coleção, variaram constantemente de localização. Cada edição tinha, em média, 28 páginas, o que era um verdadeiro desafio para a sua redação, uma vez que o jornal sofria censura prévia desde a sua edição zero. E se, nos primeiros tempos, era censurado diretamente em São Paulo, onde tinha sua sede (Rua Virgílio de Carvalho Pinto, 625, bairro Pinheiros), logo depois tinha de ser enviado para Brasília, numa operação extremamente difícil, do ponto de vista de infra-estrutura e de fluxo de sua editoração.

A página do jornal apresentava desenho tipográfico bastante diferenciado, podendo contar com 6 colunas, variando às vezes para 4 ou mesmo 3 colunas. Para a divisão das matérias, valia-se do entrelinhamento; separação das colunas por linhas pretas verticais (os chamados *fiôs*) e o uso de *boxes* em negrito, aplicados sobre o fundo branco da página: nestes casos, a composição aparecia em branco. Contando com uma composição muito diminuta, com corpo 10, em geral, para abrandar o peso e a densidade da leitura, algumas páginas estampavam ilustrações que podiam ser fotografias ou desenhos, produzidos por uma equipe de primeira qualidade, liderada por Elifas Andreato, e de que participavam, dentre outros, Valdir de Oliveira, Chico Caruso, Jayme Leão, Luis Gê, Paulo Caruso e Rubem Grilo. O jornal costumava denunciar os cortes da censura, quando não conseguia fechar os espaços vazios, com manchas pretas, sobre as quais aplicava o *slogan* "Leia Movimento" ou, então, preenchia o espaço vazio com uma composição tipográfica diferenciada, repetida sucessivamente, ao longo das linhas de uma ou mais colunas, com o apelo "Leia, assine e divulgue Movimento. Os jornais independentes dependem do leitor", o que,

muitas vezes, não era compreendido pelo assinante, que se sentia lesado por pagar por um jornal que, aparentemente, abusava da auto-promoção. Isso ocorria porque o jornal estava proibido, pela censura, de deixar espaços em branco quando ocorressem cortes, ou mesmo a retirada por completo de algum artigo⁹.

Em estudo a respeito das ações e reações praticadas e/ou adotadas pelo jornal Movimento, ao longo de sua história, para enfrentar e denunciar a censura de que fora vítima, Júlia Manzano (2012) adotou conceitos de Michel De Certeau (1996), deslocando-os para uma tentativa de compreensão dos comportamentos daquele jornal alternativo. A pesquisadora distingue dois comportamentos diversos do jornal, ocorridos, um, durante a fase em que sofreu a censura prévia e, outro, quando foi liberado da mesma: para o pensador francês, ocorre uma *tática* quando, entre a oposição que sofre do Poder e o segmento social mais fraco, não há muitos espaços de manobra: toda e qualquer abertura que houver, por mínima que seja, deverá ser utilizada pela sociedade, afim de resistir à violência provocada pelo opressor. Ao contrário, quando existem espaços formais de maior liberdade, a sociedade pode tomar iniciativas: a esse comportamento, De Certeau vai denominar de *estratégia*. Nas palavras da pesquisadora, "*tática* e *estratégia* se diferenciam por certos princípios básicos. A *tática* não tem um lugar próprio para agir, nem uma autonomia fornecida de fora. A *estratégia* é um cálculo ou uma manifestação de forças em que 'um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado', ou seja, tem um lugar próprio, determinado e claro, que não depende das chances e circunstâncias para existir". Ela cita diretamente De Certeau, transcrevendo-o, então: "a *estratégia* postula um lugar de ser circunscrito como *algo próprio* a ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou de ameaças (os clientes ou os

⁹ Este conjunto de dados encontra-se em HOHLFELDT, Antonio et MANZANO, Júlia – "Movimento e a luta independentista da América Latina", apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura e Comunicação, do XXI Encontro da Compós, em Juiz de Fora (UFJF), em junho de 2012.

concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa, etc.” (1996, p. 99).

A autora lembra que “a *estratégia* tem a vantagem de ter o *próprio*, um espaço” e, a partir disso, ela [a *estratégia*] alcança “uma vitória do lugar sobre o tempo” (1996, p. 100), e pode organizar as vantagens conquistadas nessa resistência, preparando-se, assim, para o futuro, tendo uma maior independência. Ou seja, não depende das brechas deixadas. Esse lugar próprio, essa divisão do espaço “permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e *incluir* na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço” (De CERTEAU, 1996, p. 100).

A pesquisadora acrescenta, discutindo o outro movimento: “Além da *estratégia*, existe o tipo de relação denominada *tática*. Esta se dá pela ausência desse espaço próprio referente à *estratégia*. Para existir, é necessário que a *tática* ocupe o espaço do outro, mas esse espaço, na verdade, não se torna seu. Por isso, “deve jogar no terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha” (MANZANO, 2012, p. 15). Em síntese, podemos dizer que a *tática* é uma resistência, enquanto a *estratégia* é um ataque; a *estratégia* é uma proposta, enquanto a *tática* é uma resposta. Esta perspectiva de análise, proposta por Julia Manzano, contudo, queremos flexibilizá-la para mostrar que, se houve mudança no comportamento do jornal, também houve novas ações (estratégias) por parte do governo, que não mais se limitou a vetar – pois abria mão desta prerrogativa – para atemorizar e prejudicar, sobretudo financeiramente, à publicação.

É sob esta perspectiva, pois, que vamos examinar as diferentes edições de Movimento, tomando a data de 12 de junho de 1978 como um divisor de águas. É que, a partir da edição 154, como a própria publicação comunica ao leitor, o jornal passa a estar livre da *censura prévia*. Nesta edição 154, de 12 de junho de 1978

(coincidentemente, dia de Santo Antonio, o santo casamenteiro, na tradição popular luso-brasileira), Movimento estampava uma capa essencialmente gráfica, nas cores preta e vermelha, com uma imagem de Paulo Maluf e uma chamada evidentemente irônica: “Maluf, um governador acima de qualquer suspeita”. Mas o forte da capa era uma tarja vermelha, colocada parcialmente sobre o logotipo da publicação, com a informação “SEM CENSURA!”, a que se seguia uma síntese do material que ocuparia 8 páginas daquela publicação: “História dos 3 anos da Censura em Movimento”. Já a partir daquela edição, os editores haviam decidido trocar a *tática* de resistência, que se traduzira em ocupar todas as brechas possíveis, por um outro movimento, uma *estratégia* que, a cada semana, testava efetivamente a liberdade concedida (não conquistada). Outras 3 matérias com chamada de capa traduziam este movimento: “A greve vista por 10 grevistas”, “O capitão escreve do cárcere” e “O país de maior concentração de renda do mundo (adivinha qual é?)”, fora o suplemento especial, já mencionado, a respeito da censura até então sofrida pela publicação, e a reportagem a respeito do então governador paulista.

Anos depois, no livro **Jornal Movimento – Uma reportagem**, Carlos Azevedo, um dos editores da publicação, e que assina o livro, sintetizaria aquelas páginas (2011)¹⁰. A sessão especial se inicia na página 13, com uma matéria de página inteira a respeito da morte do jornalista Vladimir Herzog. Essa matéria não pudera ser publicada na época do assassinato daquele jornalista. Saía agora, a testar a relativa liberdade. Nas páginas seguintes, detalhes sobre a guerra sofrida pelo jornal: 18,6 milhões de cruzeiros (moeda da época) em prejuízos; 4,5 milhões de palavras

¹⁰ O livro traz, como complemento, um CD com a reprodução de todas as edições do jornal. Por outro lado, este autor coordena o Portal NUPECC, onde as edições de publicações alternativas vem sendo digitalizadas e postadas, podendo ser consultado e acessado gratuitamente em www.pucrs.br/famecos/nupecc, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Além de Movimento, encontram-se as coleções de Pato Macho e Coojornal, atualmente em postagem. Também está sendo preparada a digitalização e postagem de Opinião.

vetadas; as relações entre a censura e a queda da venda do jornal nas bancas (o jornal dependia de assinaturas, basicamente, mas sempre mantinha alguma venda em bancas; suspensa a censura, a pressão sobre as bancas, inclusive por parte de grupos paramilitares, que ameaçavam explodi-las – e chegou, inclusive, a concretizar algumas dessas ameaças) e a diminuição do número de assinaturas (proibido de deixar em branco os espaços abertos pelas matérias vetadas, Movimento optou por uma auto-publicidade).

Nas páginas seguintes, o jornal documentava alguns casos ridículos de censura, dentre os quais a proibição de referir a Declaração da Independência dos Estados Unidos; as charges proibidas; e as 3 edições que, anteriormente, haviam sido totalmente vetadas: uma dedicada aos contratos de risco da Petrobrás; outra sobre a importância e a necessidade de uma Constituinte e, enfim, uma edição a respeito das condições da mulher brasileira (leia-se, especialmente a mulher trabalhadora); tais proibições só agora vinham, efetivamente, a público. Também fotografias haviam sido proibidas. Nas suas conclusões, o jornal alertava para o fato de que a censura prévia fora suspensa, mas não a censura em si. Ela permanecia sobre as emissoras de rádio e de televisão, fazendo com que, num país de pequenas tiragens de jornais e revistas, o grosso da população brasileira – na época, pelo menos 90 milhões de habitantes – continuasse ignorante sobre a verdadeira realidade do país. Mais que isso, Movimento alertava para o fato de que a censura continuava: as edições do jornal poderiam vir a ser apreendidas (como, de fato, ocorreria depois); mais de quinhentos textos de peças teatrais continuavam vetadas. Por fim, um conjunto de pequenos textos mostrava como os funcionários encarregados do exercício censório eram simples burocratas que cumpriam ordens, mas que, por trás deles, estavam os homens do SNI – Serviço Nacional de Informação, de onde, aliás, haviam emergido tanto Castelo Branco (primeiro general presidente) quanto o próprio Geisel (terceiro general presidente, em cuja administração a censura prévia fora suspensa).

É evidente que o final da censura prévia precisava ser comemorado, mas a nova situação não deveria ser considerada como o final dos dissabores e pressões que vinham pesando sobre o periódico. É isso o que sabiam, e assim expressavam, equilibradamente, seus editores, que antecipam esta posição para o leitor. Efetivamente, não estavam errados. Poucas semanas depois, uma de suas edições seria totalmente apreendida e os editores de Movimento sofreriam processo movido pelo Ministério da Justiça como *subversivos* e altamente perigosos à paz social e ao sistema político então vigente. Tratava-se da edição 177, de 20 de novembro do mesmo ano de 1978. O motivo alegado era político, considerando os termos em que o jornal tratara o então Presidente da República, o General Ernesto Geisel. Vencida a etapa da censura prévia, como previra Movimento, isso não significava que os problemas do jornal haviam terminado.

A diferença, agora, é que o comportamento de Movimento havia mudado. Mas o comportamento do governo ditatorial igualmente se modificara. Para Movimento, não havia mais apenas a defesa, mas a provocação e a denúncia: provocação, no sentido já indicado de testar os limites e esticar ao máximo a corda de permissibilidade e, de outro lado, a denúncia, quando ocorresse alguma repressão. Assim, quando ocorre a proibição absoluta e o recolhimento da edição 177, de 20 de novembro de 1978, a reação do jornal foi a mais forte possível, naquela conjuntura, traduzida nos textos da edição seguinte, a 178, de 27 de novembro, em que a chamada de capa dava conta de que “A polícia apreende nossa edição 177” mas “Movimento sacode a poeira e dá a volta por cima”. O jornal denunciava um prejuízo de 200 mil e, sob a manchete “O governo não leu e não gostou” mostrava, a partir de entrevista do assessor de imprensa do Palácio do Planalto, ao Jornal da Tarde, que o assessor, não apenas não lêra o jornal apreendido, quanto se equivocava quanto às acusações contra o mesmo. Movimento contestava a acusação de que uma manchete – “Geisel coloca voto na latrina” – teria sido o motivo da apreensão da publicação,

porque, simplesmente, segundo o periódico, esta manchete não existia, o que levava a direção da publicação a registrar: “nada nos impede de considerar a apreensão de Movimento como um puro e simples ato de apropriação indébita”.

Na verdade, o que deveria ter incomodado o governo era a cobertura que Movimento dera às eleições nacionais daquele ano, recém concluídas. Esta é, também, a leitura que do episódio faz Carlos Azevedo (AZEVEDO, 2011, p. 209). A manchete do jornal afirmava: “Urnas exigem fim da ditadura” com uma projeção para a eleição ao Senado: “MDB: 19 milhões – Arena: 13 milhões”. 26 mil exemplares desta edição foram apreendidos, quando enviados à Editora Abril, para distribuição. Mais que isso, havia uma outra chamada de capa a respeito de “Camponeses em guerra”, focalizando o movimento de resistência dos camponeses à invasão de suas terras por grileiros, a mando de grandes proprietários, outro tema especialmente sensível para a ditadura, tendo em vista a antiga guerrilha do Araguaia. Por fim, na p. 2, o diretor de Movimento, jornalista Antonio Carlos Ferreira, confirmava os termos das denúncias em torno do que o jornal chamara de “mar de lama” da corrupção da administração Geisel (edição 171), ao mesmo tempo em que, na página das charges, “Corta essa!” – evidente ironia para com a censura, como que a provocá-la a suprimir os comentários ilustrados bem humorados da publicação – Chico Caruso apresentava a imagem de uma grande urna caída sobre um cavalo. Ao lado, apenas uns óculos, que um juiz pretendeu servir para identificar o General Presidente, João Batista Figueiredo, então o quarto general na administração do país. O material renderia um processo por ataque à Segurança Nacional, repercutindo a situação na edição 184, em que, na página 2, sob a rubrica “Opinião do editor”, o jornal trazia comentário sobre a situação, mostrando que “Imprensa não é caso de Segurança”.

Aliás, ambos os presidentes, Geisel e Figueiredo, aparecem em outras matérias da edição. Geisel, na já mencionada reportagem sobre o “mar de lama” de corrupção, na edição 171 (9.10.1978), certamente justificara um primeiro movimento

de punição ao jornal, que se concretizaria com a edição 177; o governo, agora, variava suas ações: se a edição 177 fora recolhida e proibida, a edição 171 provocara um processo com base na legislação da Segurança Nacional.

O jornal, contudo, não se intimidava. Figueiredo substituíra Geisel e se tornara personagem preferido da crítica do jornal. Uma crônica de Plínio Marcos, o dramaturgo que, proibido de ter suas peças encenadas, assinava uma coluna semanal em Movimento, transcrevia, naquela mesma edição 177, uma afirmativa de Figueiredo, para glosá-la: “Figueiredo disse: Eu sou um velho frouxo. E todo o mundo acreditou”, ecoando numa das charges da página seguinte, em que uma velhinha (a de Taubaté, de Luís Fernando Veríssimo ?) vai votar e, diante da urna, grita “Abaixo Figueiredo”, comentando: “Quem gosta de velho frouxo é mingau de aveia”. Quanto a Geisel, reaparece em manchete que compara os dois presidentes, após as recentes eleições: “E era Geisel que não sabia votar...”, referindo-se à fragorosa derrota da Arena (e, por conseqüência, do governo), nas eleições recém concluídas. Ora, o governo não poderia admitir a proibição do jornal por estas questões, pois era evidenciar o quanto se achava incomodado com o resultado eleitoral. Movimento sabia disso: estrategicamente, provocou a situação e, apesar da edição 177 proibida, na edição 178, ao mesmo tempo em que denunciava a censura, voltava à carga, com manchetes do tipo “MDB: 18,5 milhões – Arena: 13,6 milhões”, *corrigindo* seus próprios números de projeção para as eleições (correção que, com a edição apreendida, ninguém ficou sabendo, valendo, assim, os números – agora oficiais – do próprio resultado das urnas, insistindo, inclusive, com nova charge, em que um cavalo caído, ao lado da urna, derruba seu cavaleiro (visto de trás, com uma careca e os óculos saltando – evidente caricatura de Figueiredo)

Outro dado importante a se registrar, porque antecipa um problema futuro, é que, naquela mesma edição 177, Movimento anunciava enquete que pretendia publicar em edição futura, quando discutiria os hábitos sexuais das mulheres

brasileiras, tomando como ponto de partida o chamado Relatório Hite. A enquete trazia questões como “Você sente prazer na relação sexual?”, “Você tem orgasmos? Em que condições?”, “Você se masturba? Gosta disso? Como se sente depois de fazê-lo?”, e assim por diante.

O governo, alertado por esta publicação, resolveu mais uma vez mudar seu comportamento, admoestando a direção de Movimento a respeito dos riscos de vir a publicar tal matéria. O jornal viu-se obrigado a repensar a situação, diante dos sucessivos prejuízos financeiros sofridos, mas não se intimidou nem calou: estrategicamente, partiu para o ataque e, na edição 184, de 14 de janeiro de 1979, denunciava as ameaças sofridas, sob a manchete “Sexo proibido”, garantindo, contudo, que a pesquisa iria continuar. A matéria tinha desdobramentos nas páginas 2, 14 e 15 daquela edição. O governo, contudo, parece que ganhou a parada desta vez, porque não se encontra nenhuma edição do jornal com o tema anunciado, à exceção destas páginas de denúncia, que comentam o que só alguns poucos viram (ou souberam).

Assim, o interessante, para o estudo entre as diferenças produzidas pelos movimentos de tática e de estratégia, é verificarmos que, quando, durante a censura prévia, Movimento sofrera três apreensões totais, fora obrigado a calar-se. Em geral, o conjunto de textos do jornal era liberado, mas, depois, quando chegava a ir para a rua, sua edição era recolhida e proibida, o que evidenciava que a censura prévia era exercida por uma certa estrutura funcional (os burocratas da censura), mas a avaliação final cabia a outro estamento, no caso, o SNI. Isso ocorreu com as edições de 13 de outubro de 1975, quando o jornal se insurgia contra os contratos de risco da Petrobrás, a serem assinados com a Alemanha (edição 15); com a discussão em torno da Constituinte (edição 116, de 19 de setembro de 1977), e, enfim, com uma edição dedicada a discutir a situação da mulher – em especial, a mulher trabalhadora – no Brasil, edição que não conseguimos identificar, porque a matéria que a refere,

de Movimento 154 (p. 18), não indica nem edição nem data de publicação. Aparentemente, esta edição foi proibida de circular antes de sua editoração e a direção de Movimento preferiu não imprimi-la, afim de evitar prejuízos maiores (o que repetiria, como vimos, com outra edição posterior, um ano depois, a partir do Relatório Hite). Mas o jornal reage, explicando: “resolvemos distribuir o material vetado para algumas das grandes personalidades brasileiras, políticos, sociólogos, artistas, escritores, intelectuais, para que lessem e manifestassem suas opiniões sobre a qualidade do trabalho e o fato de ter sido vetado tão estupidamente”. E em seguida publica várias das opiniões destes leitores privilegiados.

No caso destas proibições, o jornal era obrigado a sofrer, sem publicização, os prejuízos provocados pelo governo. Ao contrário, quando das proibições surgidas após a liberação da censura prévia, o jornal, não apenas mantivera o comportamento tático de explorar as fissuras e os pequeninos espaços disponíveis, quanto procurava ampliá-los, quando não criá-los e, uma vez ocorrida a apreensão da edição, divulgava-a amplamente, retomando alguns temas, ostensivamente, na edição seguinte, num comportamento então estratégico, como que a expressar: vamos ver se agora o governo vai nos proibir de novo. Neste sentido, foram dois contextos e dois comportamentos muito diversos, que justificam o estudo aqui proposto. Na primeira, o assunto, de certo modo, esgotava-se na proibição, ainda que se saiba que os editores de Movimento tinham uma outra tática curiosa: mandar várias vezes, em semanas alternadas, a mesma matéria, para ver se ela acabaria driblando a censura e sendo liberada.

Após o levantamento da censura prévia, contudo, as estratégias de ambos os lados se modificaram: o governo, se eventualmente proibiu e recolheu alguma edição, preferiu processar ou causar temor quanto a eventuais prejuízos financeiros, o que, certamente, não poderia ser mais suportado pela cooperativa de jornalistas que editava Movimento. Os jornalistas, de seu lado, embora com prejuízos,

provocavam situações-limite, o que nos leva a imaginar que a denúncia contra a ditadura e suas mazelas não se dava apenas através do texto publicado, mas mesmo sem ele, na medida em que o que ocorresse com o jornal teria repercussões na sociedade que, gradualmente, conscientizava-se e situava-se contrária ao sistema militar implantado em março de 1964.

Em síntese, Movimento passou a propor, e não apenas a reagir, aos movimentos governamentais. Se, com a censura prévia, o jornal tomava iniciativas dentro de estreitos limites e, quando proibido, obrigava-se a calar, agora o periódico podia propor seu próprio espaço e, de certo modo, suas próprias iniciativas, no que terminou por ajudar o movimento de pressão que a sociedade civil constituía, através de associações variadas, do então único e permitido partido de oposição – o MDB – Movimento Democrático Brasileiro – das igrejas (em especial a Católica, Luterana e Metodista) – em prol do final da ditadura, o que viria a ocorrer justamente na administração Figueiredo, através da distensão lenta e gradual, que levou à anistia, às eleições indiretas para a Presidência da República (com a eleição de Tancredo Neves), a permissão para a constituição de novos partidos políticos e, enfim, o retorno da sociedade brasileira à democracia.

Consideramos, pois, extremamente importante o papel estratégico dos editores de Movimento. Infelizmente, à semelhança de outras publicações alternativas, como o Coojornal, de Porto Alegre, as dificuldades financeiras provocadas pelas próprias autoridades e as dissensões político-ideológicas e partidárias que invadiam as redações, fez com que o jornal encerrasse sua história, ao final de 334 edições, em 1981. Mas Movimento, sem dúvida, cumpriu uma função estratégica fundamental, de que ninguém que pretenda fazer uma história da imprensa brasileira, pode ignorar.

Referências

AGUIAR, Flávio - "Censura e cultura em Movimento" in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.) – **Minorias silenciadas**. São Paulo: EDUSP/IOESP/ FAPESP, 2002, p. 403 a 417.

AQUINO, Maria Aparecida – "Mortos sem sepultura" in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.) – **Minorias silenciadas**. São Paulo: EDUSP/IOESP/ FAPESP, 2002, p. 514 a 532.

AZEVEDO, Carlos – **Jornal Movimento: Uma reportagem**. Belo Horizonte: Manifesto. 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.) – **Minorias silenciadas**. São Paulo: EDUSP/IOESP/ FAPESP, 2002

DE CERTEAU, Michel de – **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOHLFELDT, Antonio et MANZANO, Júlia – "O cinema brasileiro nas páginas de Movimento: autonomia da indústria nacional e defesa da cultura popular", trabalho apresentado ao GT "Comunicação e Cultura", no XX Encontro Nacional da Compós. Porto Alegre: UFRGS, junho de 2011.

HOHLFELDT, Antonio et MANZANO, Júlia – "Movimento e a luta independentista da América Latina", trabalho apresentado ao GT "Comunicação e Cultura", no XXI Encontro da Compós. Juiz de Fora: UFJF, junho de 2012.

KUSCINSKI, Bernardo - **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

MAIA , Maurício – "Censura, um processo de ação e reação" in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.) - **Minorias silenciadas**. São Paulo: EDUSP/IOESP/ FAPESP, 2002, p. 469 a 511.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, Especial 2, outubro. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2Especial2p123>

MANZANO, Júlia – **Liberado com cortes: Tática e estratégia no jornal Movimento no processo de liberação da censura prévia em 1979**. Porto Alegre: UFRGS. 2012. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

MARCONI, Paoli – **A censura política na imprensa brasileira**. São Paulo: Global, 1980.

SMITH, Anne-Marie - **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Movimento – Edições 15 (13.10.1975), 116 (19.9.1977), 154 (12.6.1978), 171 (9.10.1978), 177 (20.11.1978), 178 (27.11.1978) e 184 (14.1.1979).

Pasquim – Edição 318 (7.8.1975).